



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ASPECTOS DE POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS: O CASO DE TIMOR-LESTE

Everaldo José Freire

CE Pres. Costa e Silva – Núcleo de Ensino-Aprendizagem de Português como Língua Estrangeira (NEAPLE)/Universidade Federal de Sergipe (UFS)

freire_everaldo@yahoo.com.br

Preliminares

O programa linguístico proposto por Geoffrey Hull para o Timor-Leste e analisado no capítulo 4 desta Dissertação resulta de uma política linguística que se descortina para uma perspectiva mais ampla de expansão da lusofonia.

Discutimos aspectos de políticas linguísticas – como práticas sociodiscursivas – com o objetivo de compreendê-los na perspectiva dos movimentos dos grupos sociais, que concebem a língua como um corpo simbólico-político, por eles representado numa multiplicidade de instâncias, sob diferentes acepções e classificações: língua (materna, oficial, de trabalho, contato de línguas, em contato etc) e idioma (TURAZZA e CORRÊA, 2008). A compreensão das políticas linguísticas no âmbito discursivo possibilita tratar dessa questão na instância mesma do discurso, e não como um dado *a priori*, alheio às práticas sociais e à contextualização histórica e cultural.

Apresentamos também um quadro classificatório das línguas faladas em Timor com algumas observações e ênfase no Tétum, visto que se tornou uma língua oficial, ao lado do Português e no tocante às políticas lingüísticas em Timor-Leste, percebe-se que apesar de o enunciador asseverar que não elaborou um plano que atendesse a uma agenda neocolonialista, mas inclusivo, verificamos uma contradição nesse sentido e, embora não se questione a escolha dos leste-timorenses, elevar uma segunda língua à oficial sem um planejamento de *corpus* torna essa opção alvo de problematização, assim como um possível sabir ou crioulo, nos mesmos moldes, algo mais problematizador ainda, independentemente da afirmação de Carneiro (2010, p. 3168): “a maior parte dos professores em Timor-Leste não tem pleno domínio das línguas oficiais”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Apresentamos também planejamento que foi empreendido em Timor-Leste no tocante às línguas oficiais, através da aplicação do segundo modelo de Haugen (1983), cuja implementação de um planejamento de status, sem correlação com um de corpus parece responsável pela sua ineficácia, até os dias de hoje.

1.1 Política linguística e planejamento lingüístico: práticas complementares

Reunimos teóricos como Louis-Jean Calvet, por trazer uma problematização de forma mais geral em torno da diferenciação da **política linguística** como “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (CALVET, 2007, p. 11) e do termo **planejamento linguístico** – “sua implementação”, cuja indissolubilidade é salutar, pois a política linguística é inseparável de sua aplicação e o livro de Calvet é dedicado a esse binômio: política lingüística e planejamento linguístico. Além disso, ele a historiciza enquanto disciplina e traz modelos e exemplos de políticas linguísticas traçadas em outro países, dentre eles, a Indonésia. Essa terminologia também pode ser lida como “política de línguas” e é Orlandi (2007, p. 07) quem nos explica:

“Quando se fala em política linguística, já se dão como pressupostas as teorias e também a existência da língua como tal. E pensa-se na relação entre elas, as línguas, e nos sentidos que são postos nessas relações como se fossem inerentes, próprios à essência das línguas e das teorias. Fica implícito que podemos ‘manipular’ como queremos a política linguística”.

Planejamento linguístico é um sintagma proposto por Einer Haugen, em 1959, em um trabalho sobre os problemas linguísticos da Noruega, em torno da intervenção normativa do Estado para construir a identidade nacional, depois de séculos de dominação dinamarquesa. Orlandi assevera que este só é concebido como política linguística quando se trata da organização da “relação entre as línguas, em função da escrita, de práticas escolares, do uso em situações planificadas” (IBIDEM, PASSIM). Entretanto,

“quando falamos de Política Linguística enquanto Política de Línguas, damos à língua um sentido político necessário. Ou seja, não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político. /.../ Assim, quando pensarmos em política de línguas já pensamos de imediato nas formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos”. (ORLANDI, 2007, p. 08).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Essa discussão será útil para entendermos uma das dimensões do discurso de Hull em torno do que ele chama de <política educacional>, que está no título de seu discurso e os títulos são uma forma de chamar a atenção para aquilo é de mais importância:

No programa linguístico que acabo de descrever, existe espaço para todas as línguas que fazem parte da cultura de Timor Leste. Um programa linguístico inclusivo é o único remédio contra tendências políticas culturalmente contraproducentes que pretendem excluir uma ou outra língua (HULL, 2000, p. 10).

Assim, sabemos de antemão que Hull propôs um programa linguístico, que não desconsiderou, por parte dele, aspectos culturais e políticos. Ele diz (2000, p. 09), por exemplo, que “deve ser evitada a todo o custo uma política que ignore, ou pior ainda, que reprima a diversidade linguística, como fazem tipicamente os governos fascistas influenciados pela filosofia jacobina saída da Revolução Francesa”.

No momento, nos interessa entender a dimensão do conceito do ponto de vista teórico e deixar claro que a noção de política linguística neste trabalho está voltada para o aspecto discursivo e não, necessariamente, o sociolinguístico e o reconhecimento de ter sido na Sociolinguística que essa área começou a ser desenvolvida.

No mais, o termo ‘política linguística’ é muito recente no Brasil, ao contrário do que ocorre na Argentina, por exemplo, e nos países andinos. Enquanto disciplina, a *política linguística* nasceu na segunda metade do século XX, associada ao plurilinguismo e à sua gestão. Associa-se a mudanças que levaram alterações no estatuto de diversas sociedades que integram a cidadania, como ocorreu na esteira do processo de descolonização da Ásia e da África, a partir dos anos 1950, entre outros.

O tema acerca do planejamento linguístico é retomado por Haugen em 1964 num evento que marcou o nascimento da sociolinguística, sendo considerado por Fishman como sociolinguística aplicada, que alternava abordagens mais gerais e estudos de caso (a Albânia, a Indonésia, a Malásia, o Vietnã etc) (CALVET, 2007, p. 13-15).

Calvet (2007) historia ainda que, paralelamente, a noção de política linguística aparece em inglês (1970), espanhol (1975), alemão (1981) e francês, cuja relação de subordinação com o planejamento linguístico deve ser evidente. Dessa forma:

para Fishman, o planejamento é a aplicação de uma política linguística, e as definições posteriores, em sua variedade, não ficarão muito longe dessa visão. Em 1994, por exemplo, Pierre-Étienne Laporte apresentaria a política linguística como um quadro jurídico e a reorganização linguística como um conjunto de ações ‘que tem por



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

objetivo esclarecer e assegurar determinado status a uma ou mais línguas' (CALVET, 2007, p. 15).

Desse modo, esse sintagma *language planning* cobriu um domínio, cuja origem nessas duas ações complementares é visível, mas que é preciso discernir: as decisões do poder (a política) e a passagem à ação (o planejamento) (CALVET, 2007, p. 17).

1.2 Língua [como prática social] versus Idioma [como prática legitimada]

Mattoso Câmara (1998, p. 142) leva em consideração apenas o estado político para a existência de idioma, cujo “termo com que se insiste na unidade linguística inconfundível, de uma nação em face das demais”. Já Turazza e Corrêa (2008), embasadas teoricamente em Chaves de Melo (1946), levam em consideração também as matrizes culturais para conferir a identidade idiomática de grupos sociais, cuja historicidade, espaço geográfico e arquiteturas diferentes, conferiam caráter peculiar, no uso, à língua usada por diferentes comunidades linguísticas, ilustrando com o caso brasileiro (português do Brasil) e argentino (espanhol rio-platense), tratando-os como idiomas, e suas bifurcações de mesmos sistemas lingüísticos – português e espanhol – para lidar com grupos fraseológicos e expressões idiomáticas, no tocante a empreitada dos dicionários de equivalência.

Diante da importância do binômio *unidade-diversidade*, apontado por Chaves de Melo (1946), as autoras afirmam que “uma língua sempre é um conjunto de variedades inscritas na sua própria unidade” (TURAZZA e CORRÊA, 2008, p. 276), acentuando que “a variedade, contudo, demora a se instalar no corpo de uma língua, de tal sorte que, para que isso ocorra, supõem-se o espaço e o tempo como duas categorias sociais de total importância nesse processo” (IBIDEM, p. 277).

Chaves de Melo se refere à língua comum ou *coiné* cuja formação “se explica como um dialeto que teve hegemonia política e, tornado oficial, passou a ser imposto a todas as regiões sujeitas à mesma soberania; razão de ser de uma ‘língua oficial’, também chamada ‘norma padrão’ e que Turazza e Corrêa (2008, *passim*) designam



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

“normal culta padrão: aquela oficializada por projeto político estatal cuja planificação é sustentada por instituições escolares /.../”.

Concluem as autoras, após discorrer sobre o caso brasileiro, que “logo, um mesmo sistema lingüístico, como o português, explicita-se por várias arquiteturas, vários idiomas, dentre os quais se situa o brasileiro” (IBIDEM, p. 279).

1.3.1 Línguas: línguas em e contato de línguas

Couto afirma que a expressão mais corrente, desde Weinreich (1953), é “línguas em contato”, no entanto, ele prefere a formulação mais genérica “contato de línguas”, baseado na premissa que o primeiro sugere uma visão estática do fenômeno, cuja consonância estaria com a postura estruturalista de Weinreich e obras contemporâneas, assim como de muitas que se lhe seguiram, pois quase todas elas tomavam os fenômenos lingüísticos de uma perspectiva exclusivamente sincrônica. Quanto à expressão “contato de línguas”, Couto assevera que “além de parecer mais neutra a esse respeito, pode ser entendida também de uma perspectiva diacrônica, evolutiva ou genética” e usa esses termos para defesa de seu posicionamento. Em segundo lugar, adverte ele que não há línguas livres de contato em sentido amplo, e cita como contato indireto as viagens e todos os meios de comunicação de massa, além de reafirmar que não existem apenas contatos interlingüísticos, mas também “intralingüísticos, ou interdialetais, para não falar dos contatos intergeracionais ou etários”. Acresça-se que para Talmy Givón, a expressão “língua de contato” (=língua mista) é vazia de sentido uma vez que toda língua concreta para ele é mista em diversos graus, sendo difícil quantificar essa gradação. Ainda de acordo com ele “a única língua/gramática que de certa forma pode ser considerada 'não-mista' é a gramática universal” (Givón 1979, p 5). Em terceiro lugar, Couto menciona que deve ser notado que mesmo quando se fala em contato interlingüístico, este não se restringe ao “ao contato direto entre uma L₁ homogênea e uma L₂ também homogênea, seja lá o que se entenda por homogênea”, em quarto lugar, salienta o pressuposto básico para o contato lingüístico: a existência de pelo menos duas línguas. Ele não olvida da importância do lugar em que se dá o contato e, por fim, o motivo para o contato:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Nos contatos que deram lugar à maioria dos pidgins e crioulos existentes hoje em dia, via de regra o interesse era dos colonizadores, ou seja, dos falantes de L₁. Quando se trata de trabalhadores e/ou imigrantes, como os "Gastarbeiter" da Alemanha, o interesse está mais do lado dos falantes de L₂. Se a situação de contato se dever a interesses de troca ou de comércio, o interesse é de ambas as partes, como ocorria no encontro de russos e noruegueses ao longo da costa norte da Noruega no final do século passado e início do século XX. (COUTO, 1999, p. 34).

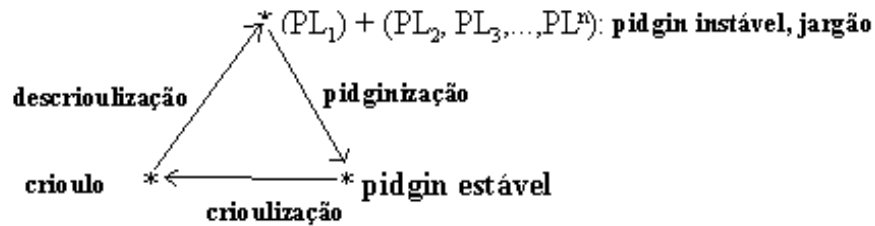
O autor também explica o seu ponto de vista pela preferência do termo:

Minha preferência pela expressão *contato de línguas* frente a "línguas em contato" não se deve apenas à estaticidade implícita na segunda. Ela tem a ver com os objetivos da presente pesquisa, que é examinar a formação e a transformação da gramática crioula. Como se vê, trata-se de uma questão genética, diacrônica, portanto não pode ser encarada estaticamente. Quando encaramos a questão da perspectiva de "línguas em contato", estamos pensando em duas línguas que estão em contato. Isso tem conseqüências importantes para a pesquisa.

A respeito de *pidgin* – sinônimo de *sabir*, Garmadi (1983, p. 159) acrescenta que os sabires “não são a primeira língua adquirida por qualquer dos seus interlocutores, e que nunca servem como língua de intimidade familiar”. No entanto, Couto (1999) assegura que isso não significa que o conceito de pidgin não seja importante e necessário para caracterizar diversas situações de uso linguístico resultantes do contato de povos e respectivas línguas. Entretanto, o que é pidgin, afinal de contas?

Partimos da definição de Bickerton (1984, p. 173), que afirmou que pidgin "é uma língua auxiliar que surge quando falantes de diversas línguas mutuamente ininteligíveis entram em contato estreito". Couto (1999) esclarece que a chave para o verdadeiro conceito de pidgin está na palavra "auxiliar", reasseverando as palavras de Garmadi (1983), em relação a não ser língua materna ou primeira de nenhum grupo social. Portanto, é auxiliar no sentido de servir como língua de contato entre povos de línguas mutuamente ininteligíveis. (COUTO, 1999, 29-30).

Segundo Derek Bickerton (1984, p. 173), "um crioulo surge quando crianças adquirem um pidgin como sua língua nativa". O *sabir* ou *pidgin*, por seu turno, "é uma língua auxiliar que surge quando falantes de diversas línguas mutuamente ininteligíveis entram em contato estreito".



Partindo da ilustração acima, podemos verificar as implicações dos conceitos tradicionais de crioulo" e "pidgin". Como está implícito na definição de Bickerton vista acima, um *pidgin* surge quando um povo dominante e sua língua (PL_1) entra em contato estreito com povos dominados e suas línguas (PL_2, PL_3, \dots, PL_n). Pelo termo "estreito", Couto (1999) sugere que Bickerton esteja sugerindo "em um mesmo território". Assevera que substituindo (PL_1) por língua lexificadora (LL) e (PL_2, PL_3, \dots, PL_n) por línguas de substrato (LS), verifica-se que de acordo com esse modelo nas fases iniciais do contato tem-se um pidgin instável, ou jargão, ainda sem uma gramática própria.

Couto (IBIDEM) diz que de acordo com esse modelo, o crioulo surge quando o pidgin estável é adquirido como língua materna por crianças da comunidade emergente.

Portanto, por definição, crioulo é um pidgin nativizado, ou seja, todo crioulo é um ex-pidgin. Esse processo recebe o nome de *crioulização*. Por fim, após formado (e até mesmo durante o processo de sua formação), o crioulo começa a se reaproximar de LL (L_1), processo conhecido como de *descrioulização*. Um bom exemplo de crioulo em fase adiantada de descrioulização é o jamaicano (COUTO, 1999, p. 15)

1.3.2 Línguas: língua de trabalho

Oliveira e Faulstich (2009, p. 199) dizem que na atualidade, "as variedades do português representam o grau de identidade de cada uma das nações com o idioma português e o contato deste idioma com as línguas nacionais". E Leach (2007-2008, p. 04), aponta como clara implicação o fato de a relação lusófona poder demonstrar ser um benefício para a economia de Timor, embora sugestione que "o português dificilmente se tornará na 'língua de oportunidade' na região, porém, acrescenta a evidência "que irão existir mais oportunidades, do que as anteriormente previstas, para os timorenses falantes de português".



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Sousa Galito (2006, p. 08), entendendo a língua de trabalho – termo do século XXI – como potencial comercial e geopolítico, cuja analogia com outro objeto de troca/consumo pode ser feita, atribui-lhe, “portanto, um valor de uso, um valor de troca, um valor simbólico e um certo prestígio social”.

1.4 A diversidade de línguas em Timor-Leste

Thomaz (2002, p. 21) afirma que “a diversidade de tipos físicos e a variedade de línguas faladas em Timor têm impressionado fortemente os que directa ou indirectamente têm contactado com a ilha; mas poucos se têm ocupado em explicá-las”. Acrescenta ainda que “Timor não é o mosaico de raças, povos, religiões e culturas que era, por exemplo, a Guiné Portuguesa; mas não há dúvida de que a sua população se caracteriza rácica como linguisticamente, por uma heterogeneidade notória” (IBIDEM, PASSIM).

Os primeiros contatos, principalmente com chineses e malaios, eram corriqueiros, principalmente em virtude da troca de bens e da existência do sândalo em Timor. Mas nada parece ter sido tão marcante quanto à presença/ocupação/”descoberta” portuguesa, transformando metade de uma ilha no que hoje é Timor-Leste (ou Loro Sa’e, em Tétum), na época das Grandes Navegações, entre os séculos XIV e XV e mais recentemente (1975), a invasão indonésia, que não só transformou a parte leste da ilha em sua vigésima sétima província (Timor Timur, em bahasa indonesia), que seria algo meramente político, mas ao coagir os leste-timorenses a usar só o indonésio e usá-lo como instrumento de ensino, se iniciava uma nova mudança cultural, que gradativamente foi modificando a mentalidade dos timorenses e o reflexo disto, na atualidade, está na população mais jovem. Nesta época, Kupang – localizada no extremo da parte colonizada pelos holandeses, passou ser a capital.

Thomaz critica o fato de os indonésios terem tornado toda a ilha em um bloco isomorfo, através de um argumento também sustentado por Geoffrey Hull. Assevera aquele que “na parte oriental, pelo contrário, a influência do catolicismo e da cultura portuguesa em geral, acabou por conferir uma sensível unidade a uma população até aí caracterizada por uma heterogeneidade evidente (THOMAZ, 2002).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Estes e outros mitos em torno da unidade que faria de Timor-Leste algo completamente diferente da outra metade da ilha são alimentados por estudiosos, cujas citações são obrigatórias para os que se propõem a pesquisar acerca de Timor, como é o caso de Thomaz e Hull.

Lembramo-nos de um fato ocorrido no segundo semestre de dois mil e sete, quando lá estivemos para cooperar com a reestruturação do ensino. Embora a infraestrutura elétrica, em Díli, já fosse frágil e muitas vezes a dependência de geradores se fizesse notar, numa das noites, a escuridão se fez mais escura e dali do primeiro andar ao lado do Supermercado Jacinto – na Avenida Jacinto Cândido, ouvimos ruídos e movimentação e em alto e bom tom: *Fulan Mate!* Não eram duas ou três pessoas a sair às ruas para fazer barulho nos postes. Pegamos o dicionário e vimos que “fulan” era lua, facilmente confundido com bulan (mês), porém “mate”, cujo termo eu já tinha visto em Uluk Rasik-An ka Mate (Independência ou Morte) da época da tentativa de se tornar independente em 1975, significava morte. Como podemos apreender contextos usando apenas dicionários? Se tivéssemos saído logo, teríamos notado um eclipse e o motivo pelo qual os timorenses batiam nos postes era para acordar a lua que tinha morrido.

Essa narrativa serve para atestar o animismo¹ como prática cultural religiosa, a qual ainda está presente nas Uma lulik (casas sagradas), contrariando o argumento de que a influência do catolicismo tenha conferido unidade. Se assim o fosse, também a ilha de Flores, na Indonésia, estaria em situação similar.

Embora concebamos os discursos de Thomaz (2002) e de Hull (2000) como corroboração da ideologia das elites (que controlam o acesso), que imputa uma ideia de avanço rumo à civilização em termos da presença portuguesa em Timor, concordamos com a existência da heterogeneidade até hoje perceptível; decerto pela impossibilidade de presença e controle constantes dos portugueses em virtude da distância entre a metrópole e a colônia, ao contrário das ex-colônias africanas – Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde e, da sul-americana, Brasil, cujas presença e exploração se deram mais ferrenhamente.

¹ Termo criado pelo antropólogo inglês Sir Edward B. Tylor, em 1871, na obra *Primitive Culture* Pelo termo, Tylor designou a manifestação religiosa imanente a todos os elementos do cosmos (sol, lua, estrelas), a todos os elementos da natureza (rio, oceano, montanha, floresta, rocha), a todos os seres vivos (animais, fungos, vegetais) e a todos os fenômenos naturais (chuva, vento, dia, noite). <http://www.huna.org/html/que-xaman.pdf>



Entender a complexidade da sociedade timorense e seus grupos sociais, assim como a escolha quase unânime desse povo não apenas para ser independente em relação à Indonésia, mas também sua “opção” pela língua portuguesa como oficial (THOMAZ, 2002; HULL, 2000), outorgando-lhe o caráter de idioma também naquele lado do mundo, leva-nos a optar por um paradigma metodológico de pesquisa, que Boaventura de Sousa Santos (2009) chama de emergente, e isto ajuda a compreender os pressupostos de nossa metodologia de estudo, moderna, mas o fato de Timor, por exemplo, “não ser moderno, não ser desenvolvido, não significa ser cultural ou intelectualmente pobre” (MORIN, 2000, p. 23).

Hull (1999, 2002), também um dos maiores estudiosos das línguas de Timor, afirma que Timor-Leste tem dezesseis línguas indígenas, pertencentes a duas diferentes famílias ou phyla, sendo doze dessas línguas de origem austronésia – ou malaio-polinésicas, e quatro relacionadas distantemente à família das línguas papuas – ou indo-pacíficas (BRITO e BASTOS, 2007, p. 239). O primeiro grande grupo é relacionado às línguas faladas na Malásia, na Indonésia (Java, principalmente), nas Filipinas (Tagalog), Fiji, Samoa e Nova Zelândia (Maori) e as quatro línguas do segundo grupo – Bunák, Makasae, Fataluku e Makalero “são distantemente relacionadas às línguas Papuas do filo “Trans-New-Guinea” falado na Península do Oeste Papua (distrito Fakfak)” (HULL, 1999 e 2002, p.02).

A classificação de Hull é a seguinte:

Classificação das línguas de Timor-Leste (Hull, 1999, 2002)

LÍNGUAS AUSTRONÉSICAS	LÍNGUAS PAPUAS (<i>TRANS-NEW-GUINEA</i>)
1. TÉTUM: Belo ou Belunês Térik Díli/Prasa/Praça	1. Bunak (Bobonaro, Lalotoc, Tilômar, Zumalai e Cassa)
2. HABUN (Manatuto)	2. Makasae
3. KAIAWMINA (Waimoa, Naueti, Kairui, Waimaha, Midiki)	3. Makalero
4. IDALAKA (Lakalei, Idaté e Isní)	4. Fataluku (Lautém, Lospalos, Loré e Tutuala)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

5. Galoli (Manatuto e Laleia)	
6. Wetarese (Ataúro)	
7. Bekais (Balibó)	
8. Dawan (do Baikeno ou Vaikeno, em Oecussi)	
Línguas Ramelaicas	
9. Mambai	
10. Kemak	
11. Tokodede (Vatoboro, Maubara, Liquiçá e Bazartete)	
12. Lovaia (ou Maku'a)	

Quadro X: Classificação das línguas do Timor-Leste

De acordo com Hull (1999, 2002, pp. 08-09), a língua mambae, em número de falantes dela como L1 é a mais importante no território, tendo como principais centros são Ermera, Aileu, Remexio, Turiscai, Maubisse, Ainaro e Same, já a língua makasae é a segunda mais falada, nos mesmos termos. Lovaia, pouco falada em Tutuala – no extremo leste e no distrito de Luro (nos entornos de uma zona de falantes de Makasai), está em vias de extinção. Foi provavelmente a última lingual regional a ser introduzida em Timor-Leste e os ancestrais dos falantes migraram do sudeste da ilha Moluca This language is on the verge of extinction today, with only a handful of elderly speakers left: the younger generations have undergone a language shift to Fataluku. Another Lóvaia colony living further west in the Makasai-speaking district of Luro appears to have already lost its language. Makalero (*Maklere*) é falada na costa sudeste de Timor no distrito de Iliomar. É uma lingual de contato entre Fataluku e Makasae, embora seja geralmente mais similar à última.

Tétum é o vernáculo amplamente mais usado em Timor-Leste e a língua nacional do país. É falado em 3 regiões separadas da ilha: 1) do Estreito de Ombai até o Mar de Timor com as fronteiras entre o Leste e o Oeste de Timor (dialeto **Tetum-Belo** ou **Belunês**) e incluindo os vilarejos de Atapupu e Atambua (Timor Oeste), e Balibó, Fatomean, Fohorém e Suai (Oeste de Timor); 2) a região da costa sul em volta de Alas, Luca e Viqueque, incluindo os reinos antigos de Samoro e Soibada (**Tétum-Térik**); 3) a cidade de Díli e seus subúrbios (**Tétum Díli** ou **Tétum-Prasa/Tétum-Praça**). Para



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

todos os outros em Timor-Leste, Tétum é uma segunda língua. Desde o final do estabelecimento da fronteira colonial em 1914, o falantes de Tétum do Nordeste (Balibó) têm sido separados daquele do Sudeste. As duas variantes de Tétum – Belo e Térík – não são faladas ou bem compreendidas fora de seus territórios onde são faladas. O dialeto de maior prestígio é o Tétum-Prasa ou Tétum-Praça, cuja metonímia se refere a Díli como ‘cidade grande’. Apenas no extremo leste (região de Los Palos) e no Noroeste, enclave de Ambeno (Oécussi) não é falada nenhuma variedade do Tétum. Aqui a segunda língua é o indonésio, cujo papel era do português, até 1975. Alguns estudiosos apontam apenas duas variedades do Tétum, como Albuquerque (2010, p. 31 e 33), para quem o Tétum-Praça foi a variedade prestigiada na Constituição.

No século XV, antes da chegada dos portugueses – presentes em Timor desde 1556, o Tétum espalhou-se por Timor Central e a Leste como língua de contato sob a égide do Reino dos falantes de Belunês de Wehali. Naquele tempo, o mais poderoso reino da ilha. Os Portugueses fizeram a maior parte de sua presença no Oeste, onde a língua Dawan era falada e não foi antes de 1769, quando a capital mudou de Lifau (Oecussi) para Díli, que o Português começou a promover o Te´túm como uma língua inter-regional em sua colônia. Timor era uma das poucas colônias de Lisboa onde uma língua local, e não uma forma do Português, tornou-se língua franca: isto porque as regras portuguesas eram mais indiretas que diretas, e os reinos locais acolheram o catolicismo e se tornaram vassalos do Rei de Portugal.

Em 1769, Díli era um distrito de falantes de Mambai e o Tétum falado ali era fortemente influenciado pelo Mambai, cujas influências fonéticas, morfológicas e sintáticas se fazem perceber até os dias de hoje. Foi essa simplificada (creoulizada) forma de Tétum que se tornou a língua franca de Timor Português e também a língua usada pelos missionários católicos.

No entanto, o Tétum (como todos os outros vernáculos) foi completamente excluído do sistema educação durante a presença portuguesa, e foi só no Governo Livre de Timor-Leste de 1974-75, que se tomaram medidas para elevá-lo publicamente a usá-lo como meio de educação. Em 1980, a Igreja adotou o Tétum como língua litúrgica, mas só depois que o Governo da Indonésia proibiu o uso do português. As variedades de Tétum faladas em Timor-Leste são massivamente influenciadas pelo Português,



enquanto as variedades de Timor Oeste têm uma influência forte do Malaio-Indonésio. A diferença de superestrato é responsável pela inteligibilidade entre as duas variedades.

Entre as páginas 65-74, Figueiredo (2004) traz bastante informações sobre grupos etnolinguísticos do ponto de vista histórico e com riqueza de mapas e detalhes sobre esses grupos.

1.5 O caso leste-timorense de política linguística

Brito e Corte-Real (2006, p. 124), especificamente sobre aspectos de política linguística em Timor-Leste, historiam que as primeiras discussões acerca da língua a adotar no país, surgiram depois de 1996, publicamente, numa conferência – intitulada “it’s time to lead the way!”, em Melbourne, Austrália. A ideia girava em torno de dois motivos: o primeiro deles seriam os países dispersos, onde se encontravam os timorenses como consequência direta da ocupação indonésia e o segundo deles seria qual língua falava cada um desses grupos nesses países. Pelo número de timorenses em comunidades e pela importância dos países anfitriões, a) Portugal e outros países lusófonos, b) Austrália e c) Indonésia foram identificados, cujas línguas para futura discussão em torno da oficialização seriam o português, o inglês e o indonésio.

Em 20 de maio de 2002, como uma das mais jovens *nações*, cujo peso em termos de poder econômico e político mundial é ínfimo (CHAUI, 2007, p. 28), escolheu o idioma português como língua nacional. Esta nação é Timor-Leste – o oitavo país a integrar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

No entanto, Correa (2009) assevera que o planejamento linguístico, ou seja, as escolhas a serem utilizadas para determinadas funções são atribuições do Estado, o qual, em seu campo de atuação, tem poder e meios de passar ao estágio do planejamento, ou seja, de pôr em prática suas escolhas políticas.

Existem dois tipos de gestão das situações linguísticas: uma que procede das práticas sociais (gestão *in vivo*) e outra da intervenção sobre essas práticas (gestão *in vitro*), os quais podem ser sintetizados em planejamento de *status* e de *corpus*, introduzidos por Heinz Kloss, em 1969.

O planejamento de **status** está relacionado ao **papel da língua**, às funções que ela vai exercer, seu status social e suas relações com as outras línguas (como língua nacional, língua oficial, meio de instrução, etc.). Por sua vez, o planejamento de **corpus** diz respeito às intervenções na forma ou **variedade**



da língua que vai ser escolhida como modelo para a sociedade e promovida como tal (criação de um sistema de escrita, neologia, padronização). (CORREA, 2009, pp. 74-75, grifos nossos)

Sendo assim, a distinção proposta por Klos (1969), que teve repercussões importantes – uma delas é a incorporação ao segundo modelo de planejamento de Haugen (1966), afirmava que o planejamento de *corpus* se relacionava às intervenções na *forma* da língua (propositura de um sistema de escrita, tratamento dos empréstimos e neologismos, padronização etc), enquanto o planejamento do *status* se relacionava às interferências nas *funções* da língua, ou seja, seu *status* social e suas relações com as outras línguas. Calvet (2007, p. 29) exemplifica da seguinte maneira: a) mudanças no vocabulário de uma língua, criação de novas palavras, luta contra empréstimos – pertencentes à esfera do *corpus*; b) introdução de uma língua no ensino, promovê-la à oficialidade – esfera do *status*.

A partir do exemplo contido em Calvet (2007, pp. 30-32), que sintetiza e utiliza o modelo de Haugen no caso da Indonésia, mostraremos ao leitor como ocorreu/tem ocorrido no Timor-Leste.

Modelo de planejamento de *status* complementar ao de *corpus*

	Forma (planejamento linguístico)	Função (cultura da língua)
Sociedade (planejamento do <i>status</i>)	1. <i>Escolha</i> (processo de decisão) a) identificação do problema b) escolha de uma norma	3. <i>Aplicação</i> (processo educacional) a) correção b) avaliação
Língua (planejamento do <i>corpus</i>)	2. <i>Codificação</i> (padronização) a) transcrição gráfica b) sintaxe c) léxico	4. <i>Modernização</i> (desenvolvimento funcional) a) modernização da terminologia b) desenvolvimento estilístico

Quadro Y: Modelo de planejamento linguístico proposto por Haugen (1983)

O primeiro estágio é constituído pela escolha de uma norma: identifica-se o problema (estágio 1a), a questão aqui era saber qual língua seria a língua do Estado e, nesse caso, o português e o tétum foram escolhidos para representar a nação, cujo status eram do português (1914-1974) e do indonésio (entre 1975-1999) – colonizador e



invasor. Essa decisão foi tomada em agosto de 2002, ou seja, assim que Timor-Leste teve sua Independência consolidada – o processo começara em 1999, após a saída dos indonésios. Temos, neste momento preciso da história, um exemplo de política linguística que pôde ser posto em prática constitucionalmente, pois, como afirmamos, o planejamento precisa do Estado. Aconteceu o contrário com a Indonésia, visto que escolheu o malaio bem antes de sua independência, antecedendo, portanto, a constituição enquanto Estado.

Num segundo momento, essas línguas seriam padronizadas nos níveis gráfico, sintático e lexical (estágios 2 *a*, *b* e *c*). O tétum, assim como o malaio, era uma língua veicular de formas flutuantes e convinha fixar-lhe uma norma. Já o português, que conta com dois padrões internacionalmente aceitos – de Portugal e do Brasil, apesar de não constar claramente na Constituição à norma europeia, tem sido utilizado no país nessa variedade, a despeito de uma suposta variedade timorense do português, que ainda não se fixou. O Instituto Nacional de Linguística propôs uma padronização e usos que não condiziam com as práticas sociais vigentes, querendo o tétum com mais lexias do português, do que de fato ele era.

Uma vez que não foram resolvidos os problemas formais, como o foi no caso indonésio, passou-se aos problemas funcionais: difusão da forma estabelecida, sem que claramente se soubesse qual era, correção, avaliação (3*a*, *b*), o que pôde ter sido feito porque Timor-Leste já era um Estado, ao contrário da Indonésia, que só concretizou esse planejamento após tornar-se independente. É possível que essa morosidade no processo de independência tenha contribuído para um planejamento linguístico eficiente.

Não é de causar espanto que o planejamento linguístico em Timor-Leste não tenha sido viável até os dias de hoje, pelos motivos expostos acima. Finalmente, uma implementação exige modernização (4), ou seja, que se criem o vocabulário e a estilística necessária às novas funções que as línguas vão preencher. No caso indonésio, Calvet (2007, p. 31) relata que isso foi feito levando em consideração, principalmente, palavras malaias, ou em palavras de outras línguas locais ou de outras línguas asiáticas, o Komisi Bahas Indonesia (Comitê da Língua Indonésia), ao contrário do INL, elaborou o vocabulário funcional da língua rebatizada como *bahasa indonesia* (língua indonésia). No caso leste-timorense, embora haja três variedades de Tétum (Térik, Praça, Belo),



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

parece-nos que o tétum-praça, cuja discussão “*Tetun-prasa: língua crioula ou pidgin? Uma reflexão sobre línguas em contato!*” baseada nos pressupostos teóricos desses capítulo em torno de pidgin e crioulo, traz a conclusão de que *esse* Tétum passou de *pidgin estável* para *pidgin expandido* por já possuir uma gramática própria e para ser considerado crioulo, as crianças timorenses teriam que adquiri-la como sua língua materna (GUTERRES, 2008).

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Davi. O ensino de língua portuguesa em Timor Leste: variedades e dificuldades. **Interdisciplinar**. Ano 5, v. 12, jul-dez de 2010, pp. 31-47.

BRITO, Regina Helena Pires de e BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa. "**Hello, mister**", "**Obrigadu barak**" e "**boa tarde**": desafios da expressão lingüística em **Timor-Leste**. Revista ACOALFAplp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa, São Paulo, ano 2, n. 3, 2007. Disponível em: <<http://www.mocambras.org>> e ou <<http://www.acoalfaplp.org>>. Publicado em: setembro 2007.

CARNEIRO, Alan Silvio Ribeiro. Políticas linguísticas em Timor-Leste: tensões no campo da formação docente. *Cadernos do CNLF*, Vol. XIV, Nº 4, t. 3, 2010.
www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_4/3167-3179.pdf

CALVET, Louis-Jean. **As políticas lingüísticas**. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de lingüística e gramática referente à língua portuguesa**. Petrópolis/RJ, Vozes, 1998.

CORTE-REAL, Benjamin; BRITO, Regina Helena Pires de (2006). Aspectos da política-linguística de Timor-Leste: desvendando contracorrentes. In: MARTINS, M. L.; SOUSA, H.; CABECINHAS, R. (Eds.) **Comunicação e Lusofonia**. Porto: Campo das Letras. p. 123-131.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

COUTO, Hildo Honório do. **Contato interlinguístico**: da interação à gramática. Universidade de Brasília, 1999. Disponível em <http://vsites.unb.br/il/let/crioul/contato.htm>

BICKERTON, Derek. The language bioprogram hypothesis. **The brain and behavioral sciences** 7(2).173-221. 1984.

FIGUEIREDO, Fernando Augusto de. **Timor**. A presença portuguesa (1769-1945). Universidade do Porto. Tese de doutorado, 2004.

FISHMAN, J.A. 2006. **Do NOT leave your language alone**: the hidden status agendas within corpus planning in language policy. Mahwah, Lawrence Erlbaum Associate Publishers.

GAMARDI, Juliette. **Introdução à socio-linguística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.

GIVÓN, Talmy. Prolegomena to any sane creology. In: Hancock (org.): 335, 1979.

HAUGEN, Einar. Planning in Modern Norway. **Anthropological Linguistics**, 1/3, 1959.

_____.Linguistics and language planning. In BRIGHT, William (org.). **Sociolinguistics**. La Haye: Mouton, 1966.

HULL, Geoffrey. "The Languages of East Timor: 1772-1997: A Literature Review", *Studies in Languages and Cultures of East Timor*. University of Western Sydney Macarthur, 1999, pp. 1-38.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

HULL, Geoffrey. The languages of East Timor. University of Western Sydney. Instituto Nacional de Linguística, Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, 1999. (revisado em 09/02/2002).

KLOS, Heinz. **Research possibilities on group bilingualism**: a report. Québec: CIRB, 1969.

LEACH, Michael. **Falar português**: China e Timor-Leste. Arena Magazine, edição de Dezembro /Janeiro 2007-08.

OLIVEIRA, Michele Machado de, e FAULSTICH, Enilde. Política lingüística: formação histórica e influência do português do Brasil no mundo atual. **Miscelânea**, Assis, vol.5, dez.2008/maio 2009.

SOUSA GALITO, Maria. Impacto econômico da língua portuguesa enquanto língua de trabalho, 2006.

THOMAZ, Luiz Filipe. **Babel loro sa'e**: o problema lingüístico de Timor-Leste. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

TURAZZA, Jeni & CORRÊA, Lêda. A problemática dos grupos fraseológicos na construção de dicionários de equivalência. In: BASTOS, Neusa Barbosa. **Língua Portuguesa**: lusofonia-memória e diversidade cultural. São Paulo: EDUC, 2008, p. 275-285.